

**Gênero, Religiosidade e Racismo. O que a juventude pensa?**  
**Possibilidades de construção com sujeitos da Escola Pública**

**Janete Santos Ribeiro<sup>1</sup>**  
**Carolina Rocha Silva<sup>2</sup>**

O presente artigo narra uma experiência que articula formação acadêmica e formação militante, na construção de um espaço pedagógico em que sujeitos da Educação Básica se conectam, por meio de práticas emancipatórias, às políticas públicas, sobretudo, às que tangem as questões de gênero, cultura e cor. Assim, o projeto coletivo “Gênero, Religiosidade e Racismo. O que a juventude pensa?” encara os desafios propostos pelas diretrizes curriculares nacionais em vigor e as leis 10.639/2003 e 11.645/2008. O trabalho adota a escrita de si como uma metodologia de formação de sujeitos e discute os desafios de uma perspectiva plural nas práticas sociais a serem implementadas na Educação Básica. Temos três objetivos principais: (i) visibilizar as possibilidades do nosso caminhar nestes últimos anos com nossos/nossas docentes-discentes - termo empregado por quem acredita que aprendemos ao ensinar e ensinamos ao aprender -; (ii) compreender o modo de sermos professoras-pesquisadoras das nossas práticas pedagógicas e (iii) contribuir com a construção de currículos interétnicos dentro e fora dos espaços escolares. O cenário atual é de muita opressão, retrocesso e desânimo, mas a resposta a esses tempos difíceis tem se mostrado, igualmente, potente, com novos avanços e desafios.

**Palavras Chaves:** Educação Básica; formação; diversidade; práticas emancipatórias.

---

<sup>1</sup> Janete Santos Ribeiro – Ex-integrante do Grupo de Estudos Intelectuais Negras da UFRJ, Professora de História do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e aposentada do Colégio Brigadeiro Newton Braga, desde 2015, onde, junto com Andrea Aguiar e Angela Falabella, idealizou e coordenou o Projeto Saravá CBNB, marco na implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 naquela instituição. Graduada em História pela UFF, pós-graduada em Políticas Sociais e em Informática Educativa pela UERJ e Mestre em Educação pela UFF (Campo Cotidiano das Classes Populares).

<sup>2</sup> Carolina Rocha é mestre em história pela Universidade Federal Fluminense. Autora do livro: “O Sabá do Sertão: feitiçarias, demônios e jesuítas no Piauí Colonial”, pela Paco Editorial, 2015. Atualmente cursa o doutorado em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, estudando conflitos religiosos da atualidade. Desenvolve oficinas em escolas públicas sobre racismo, cultura afro-brasileira e intolerância religiosa. É pesquisadora da Coordenadoria Experiências religiosas africanas e afro-brasileiras, racismo e intolerância religiosa, vinculada ao Laboratório de História das Experiências Religiosas (LHER-UFRJ). Integrante do grupo Elas Existem – mulheres encarceradas. Membro do Coletivo Feminista Virginia Leone Bicudo, do Coletivo Enegrecer, do Coletivo de Negras e Negros do IESP – Marielle Franco.

## **De onde partimos – Sujeito e trabalho**

Como podemos estabelecer processos instituintes de diálogos antirracistas, antielitistas e anti-homofóbicos com as/os jovens em sistemas educativos de lógica monocultural preponderante? Essa questão ocupa a centralidade da nossa prática pedagógica. Apostamos na capacidade de dialogar com as diferenças de gênero, cultura e cor, potencializando emancipações subjetivas e coletivas. Como estratégia de mobilização e articulação de luta, estabelecemos parcerias nas instituições que trabalhamos e em outras que dialogamos.

Apostamos nas redes de comunicações com outros territórios educativos, para contribuir com nossa prática na instituição de outras lógicas que não as hegemonicamente impostas pelos currículos oficiais, buscando com estas as possibilidades de enfrentamento das questões de gênero, cultura e cor, em uma perspectiva dialógica. Articulamos mundos do trabalho com educação formal e subjetividades, na escola de referência e de aplicação, frutos dos entrelaçamentos de sermos mulheres, negras e ativistas, posições ainda tão invisibilizadas ou desqualificadas frente a uma lógica eurocêntrica.

O cenário atual é de muita opressão, retrocesso e desânimo, mas a resposta a esses tempos difíceis tem se mostrado, igualmente, potente, com novos avanços e desafios. O quanto tem nos ensinado os coletivos autogestionados nas escolas? O que significou ver escolas de todo Brasil ocupada por estudantes em busca de melhores condições e menos opressões? Estamos aprendendo muito com essa nova geração que nos indaga: a escola é de quem mesmo?

Carolina Rocha Silva, 30 anos, militante, candomblecista, mestre em história e doutoranda em sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ, oferta às escolas públicas oficinas para falar de racismo, questões de gênero e intolerância religiosa. Pois, não acredita em uma universidade que não é capaz de dialogar e fazer sentido na educação básica. Existe uma hierarquia verticalizada, trazida, inclusive, no nome do tal “ensino superior”, que nos distancia e desagrega. Janete Santos Ribeiro, 55 anos, militante desde os anos 80, especialista em educação de jovens e adultos, mestre em educação e professora de história no ISERJ. Como mulheres de gerações e formações distintas puderam se encontrar? Encontramo-nos em 2015 no Projeto Saravá CBNB, do qual falaremos mais adiante. A partir daí, não paramos mais de trabalhar

juntas. Nosso interesse na Educação dos jovens das classes populares é marcado por nossa própria trajetória na Escola Pública, vista como de qualidade fragmentada, sem vínculos com a formação de uma identidade étnica e de classe, que nos permitisse construir, conscientemente, uma ética, uma estética e um rol de conhecimentos que nos permitisse nos ver, ver o mundo e dele participar sem tanto sofrimento e alienação.

No contato com a literatura e as experiências de sujeitos da EJA, vimos nossa própria trajetória de estudantes negras em escolas públicas. Jovens que vêm das classes populares e que ingressaram na instituição, no caso do ISERJ, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mas que, não tendo uma educação plena, vão sendo excluídos do ensino regular, tornando-se estatística e público alvo das políticas de EJA.

Sua compreensão dos seres humanos como seres históricos, finitos, inconclusos, mas conscientes de sua inconclusão, os faz reconhecer homens e mulheres como seres inseridos em permanente busca e como seres que se fazem e refazem socialmente na busca que fazem. E, como ninguém busca no vazio, mas num contexto tempo-espacial, quem busca é tão marcado pelas condições em que busca quanto quem faz travessia é atravessado pelo tempo-espço que atravessa (FREIRE, 2001, p. 53).

Nossa ignorância coletiva sobre a história dos que foram excluídos ao longo de nosso processo histórico, suas lutas por inclusão social, a educação como direito e reconhecimento dos povos indígenas e africanos que construíram esta nação têm nos feito mergulhar na produção de práticas transgressoras e possibilitadoras de abordagens múltiplas, para que, ao final de cada ano, a frustração não seja nossa única companheira e que nosso caminhar não seja tão solitário, mas dialógico, pautado na leitura e escrita do mundo e no mundo.

Com essas perspectivas de enfrentamentos, somando experiência acadêmica junto com os Projetos Pedagógicos em EJA alimentamos nossa busca por caminhos de diálogo com estudantes e colegas, ampliando nosso fazer e nosso conhecer, trazendo a tranquilidade necessária aos enfrentamentos cotidianos de quem acredita que só a luta muda a vida. Assim, criamos o conjunto de oficinas intitulado: “Gênero, Religiosidade e Racismo. O que a juventude pensa?”.

**Em que meios fluímos**

Trabalhando e convivendo com profissionais que atuam em escolas públicas, temos múltiplos fios a serem tecidos e transformados em nosso fazer/pensar pedagógico, para que a lógica monocultural, ainda em vigor em nossa educação, seja problematizada e superada no intuito de nos transformar em profissionais da educação que precisam:

superar concepções oriundas do paradigma da racionalidade técnica que, ao considerar o professor um técnico que transmite saberes produzidos por outros, simplifica os processos, desconsidera subjetividades e potencialidades de alunos e professores, desqualifica o profissional (MONTEIRO, 2007, p. 227).

Por outro lado, assumimos a responsabilidade de tecer saberes, questionando conclusões que acusam unicamente a nós, docentes, pelo fracasso da escola e dos estudantes, assim como buscamos contribuir com os movimentos emancipatórios dentro do espaço escolar. Desejamos, ainda, perceber/apontar seus mistérios, suas possibilidades de criação de saberes questionadores dos impasses impostos pelas políticas educacionais herdadas dos movimentos de universalização e de desqualificação da escola pública. O “Gênero, Religiosidade e Racismo. O que a juventude pensa?” faz justamente parte dessa perspectiva do pensamento nutrido à elaboração de roteiros pedagógicos.

Temos três objetivos principais: (i) visibilizar as possibilidades do nosso caminhar nestes últimos anos com nossos/nossas docentes-discentes - termo empregado por quem acredita que aprendemos ao ensinar e ensinamos ao aprender -; (ii) compreender o modo de sermos professoras-pesquisadoras das nossas práticas pedagógicas e (iii) contribuir com a construção de currículos interétnicos dentro e fora dos espaços escolares.

Para tecê-los, utilizamos da metodologia do Projeto Diálogo entre Povos<sup>3</sup> – Fronteira entre subjetividades e coletividades a serem constituídas, no qual o escutar, o

---

<sup>3</sup>A educadora Azoilda Loretto da Trindade juntamente com Janete Santos Ribeiro, criaram uma metodologia de integração entre diversos espaços educativos. Instituíram em 2003, o “Projeto Diálogo entre Povos” com uma proposta pedagógica para professores e estudantes - intitulada Passeio Étnico -, com a qual buscaram visibilizar espaços subalternizados das memórias afetivas, históricas e culturais da

pesquisar, o interagir e o construir é o caminho a seguir. Como artesãs e aprendizes de contadoras de histórias que:

[...] interrompe a narrativa em seu ponto alto. (...) olha em torno e observa os rostos atentos. Se permanecer em silêncio durante muito tempo, um ouvinte iniciará uma cantilena, diminuindo a tensão e a expectativa no ar. Respiramos, ouvimos. Desta vez ele altera a reviravolta final. A história vive e se renova quando um narrador a tempera com outros sabores, extraídos de sua própria experiência (BADOE, 2006, p. 5).

A história do Projeto “Diálogo entre Povos” está ligada ao enfrentamento do racismo no cotidiano escolar e à necessidade de estudos comprometidos com a transformação social. Oriundo da militância antirracista dos anos 80 e do ressurgimento do Movimento Negro da década anterior, buscava-se articular ativismo à pesquisa e inserção acadêmicas. Dessa forma, se entendia que a arma das transformações sociais estava na busca da teoria que sustentasse as práticas e nas práticas que sustentassem as teorias em um movimento prática/teoria/prática, dialogando comparativamente com outros territórios onde houvesse racismo.

Na comparação do racismo à brasileira ao racismo à americana, tarefa realizada por muitos intelectuais ao longo do século XX, emerge como produção intelectual visibilizada e influente a constatação de que entre nós não existe racismo. Nossa decantada miscigenação referendaria tal constatação. “As desigualdades são sociais”. “Todos são iguais em oportunidades”. “O Brasil é o paraíso de todos os povos e culturas”. “Aqui não tem destas coisas, não”. Os atores sociais que, no mesmo século, lutaram para fazer emergir a questão das desigualdades raciais dos porões abertos pela crença na democracia racial e no mito das três raças - para ficarmos nas contribuições intelectuais de sociólogos e antropólogos - estão equivocados, querendo racializar o que a genética demonstrou como uma impossibilidade, ou seja, a “raça pura” como experiência genética trouxe consequências históricas indeléveis à humanidade. Como

---

cidade do Rio de Janeiro. Para saber mais, consulte: Trindade, Azoilda Lorreto da e Ribeiro, Janete Santos Ribeiro, *Passeio Étnico: aprendendo a democratizar e a ocupar o patrimônio-cidade* in: *Memórias e patrimônios: experiências em formação de professores*, Organização, Carmem Lúcia Vidal Pérez, Maria Tereza Goudard Tavares e Mairce da Silva Araújo, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, pp: 187-196.

problematizar as desigualdades existentes na sociedade brasileira? Como fazer emergir o fato da existência de uma construção social da cor em nosso país?

A escola como *locus* de visibilização das lutas intelectuais e políticas não fica isenta destas disputas. Ao ser vista como espaço de sistematização de propostas, educa diversas gerações com esta visão. “Não somos racistas”. “Aqui vivemos em harmonia, todas as pessoas sabem seu lugar e, se não o sabem, é porque não quiseram ou não puderam, por questões individuais”.

Este jogo fica ainda mais complexo com as pesquisas sobre a diversidade étnico-cultural dos diversos povos que ocuparam os diversos lugares no mundo, e aponta em direção à política, espaço de disputas e de concretização das desigualdades e, por que não, das igualdades. Como lutar por direitos iguais frente às diferenças a serem respeitadas? É correto falar em povo negro? Em povo branco? Em povo indígena? Isto para ficarmos no terreno da construção da identidade brasileira. Como abordar as diversidades e as interculturalidades que a história construiu? Como sair do lugar comum “Negros x Brancos x Indígenas” para entrarmos na arena das lutas por direitos às riquezas construídas socialmente e pelos povos que para cá vieram? Por que uns, em detrimento da maioria, se acham legítimos herdeiros dessas riquezas?

Estas questões estão postas ao pensarmos nos lugares sociais construídos em nossa sociedade. Ao pensarmos nas sutilezas desta construção, nas complexidades a que atores que percebem e lutam por sua visibilização, de modo a compor o mosaico de questões postas à reflexão política, estão sujeitos ou sujeitados. São tantos os fios acerca da questão racial na sociedade brasileira que, se são trançados inadvertidamente, arriscam-se em nós difíceis de serem desatados. Os fios da questão racial se colocam nesta perspectiva. Mas, como não correr este risco se as crianças com mais melanina nesta sociedade estão sujeitadas a toda sorte de injustiças?

Nosso caminhar pelo cotidiano se faz por pistas que, aprofundadas, revelam-nos um grande espelho de contradições: lutamos por uma escola onde todos/todas tenham voz e voto, e nos vemos, muitas vezes, em conflito com quem nos exige atividades em lógica monocultural – seja na escola ou na universidade. Ficamos à mercê das críticas de este ser o único modelo válido a ser ensinado e aprendido e de outros serem meros enganadores de quem não quer dar/assistir aulas. Serão temáticas relevantes à

descoberta, no cotidiano da escola, das possibilidades de sua inserção “em um tempo/ espaço de troca, de criação, de relações amorosas e solidárias, isso, sim, anúncio de novos tempos”, como ensinam Alves e Garcia (1999, p. 11).

Deste modo, escrever tem sido nosso grande desafio, pois

Cultivar ideias claras, trabalhar com conceitos, aprender a escrever e a exercitar a imaginação e o rigor são prioridades dentro de qualquer disciplina nos cursos de graduação e pós-graduação em educação. Para além da especificidade de qualquer área do conhecimento, a tarefa docente ainda é a da dúvida e do convencimento. É a formação de uma nova razão: aberta, dinâmica e engajada. No entanto, como é difícil realizar este compromisso consigo mesmo, com a sociedade, com o próprio tempo! (LINHARES; NUNES, 2000, p. 92)

Neste cenário, surge o Projeto Saravá CBNB em 2015, onde na tríade Academia, Movimentos Sociais e Escola, transformamos o cotidiano escolar do Colégio Brigadeiro Newton Braga, instituição federal, administrada pelo Comando da Aeronáutica, em um terreiro afro-indígena a partir de oficinas, mesas redondas, teatro, música, etc.<sup>4</sup>

### **Gênero, Religiosidade e Racismo. O que a juventude pensa? Uma metodologia em construção**

O cotidiano da escola pública se constitui no entrelaçamento de tensões, conflitos e diferenças, fazendo da escola espaço propício a reinvenções, redefinições e acontecimentos. (ESTEBAN, 2002, p. 132)

Utilizando-nos da metodologia do Projeto “Diálogo entre Povos” (escutar, pesquisar e interagir) para o passeio étnico<sup>5</sup>, temos buscado, nos últimos três anos, criar oficinas com práticas que desenvolvam motivação, autoestima, cuidado de si, cooperação e a vontade de estar em sala de aula com estudantes, alcançando, assim, a inspiração numa concepção trazida por Jeferson Ventura Machado (2012:24), ele próprio inspirado no ambiente educativo do MST (Movimento dos Sem Terra):

---

<sup>4</sup> Consultar: <http://www.cbnb.gov.br/sarava.html>, <http://www2.fab.mil.br/cbnb/index.php/2014-12-11-17-51-57/193-sarava-2017> e <http://ipeafro.org.br/acoes/ponto-de-cultura/sarava-cbnb/>

<sup>5</sup> Aula-passeio, ligada ao conceito de aula pública, onde espaços de memória submersos na história oficial são ressignificados (RIBEIRO, 2008).

Roseli Caldart, no texto “O Currículo das Escolas do MST”, de 2005: Numa escola pensada como lugar de formação humana os valores passam a ter lugar central. São valores que movem nossas práticas, nossa vida, nosso ser humano. E a associação entre os valores e educação da sensibilidade neste contexto não é arbitrária. Os sentimentos são a terra de cultivo de valores. O MST espera de suas escolas que ajudem na educação da sensibilidade de seus educandos para a dimensão dos valores, que trabalhem as relações sociais e afetivas entre as pessoas nessa perspectiva; e que, em seu dia-a-dia, educandos e educadores recuperem e cultivem valores humanos como a solidariedade, a lealdade, o companheirismo, o espírito de sacrifício pelo bem do coletivo, a liberdade, a sobriedade, a beleza, a disciplina, a indignação diante das injustiças, o compromisso com a vida [...]. (p. 249)

Pensar e elaborar práticas pedagógicas que desenvolvam e instrumentalizem educandos na construção de um cotidiano rico de experiências é entender, como nos ensina Monteiro (2007:236), que existem “saberes e práticas de professores que, como tantos outros, pensam e falam sobre o que fazem e sabem, essência de um profissionalismo em construção, pouco visível para eles mesmos e para a sociedade”.

O “Gênero, Religiosidade e Racismo. O que a juventude pensa?” vem ao encontro de outras tentativas de diálogo e se tornou possível pela sintonia com professoras engajadas nas temáticas abordadas por nós, as quais, cedendo seus tempos de aula para uma discussão mais efetiva foram sensibilizadas com nossos argumentos da necessidade de desenvolvimento da escuta. Encontramos jovens, em sua maioria, entre 14 e 17 anos e experienciamos nossas metodologias no Colégio Estadual Paulo Assis Ribeiro, Colégio Brigadeiro Newton Braga, Colégio Estadual Mendes de Moraes, ISERJ, dentre outros.

Segundo os dados estatísticos do censo de 2010, mais de 800.00 crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos estão fora da escola, e cerca de 500 mil destas são negras. De acordo com os dados do IBGE (2010), sete em cada dez negras e negros não completam o Ensino Fundamental e, somente 2,2% ingressam na universidade, contra 80% de estudantes brancas/os. A maioria de nós, estudantes negras/os, está na escola pública, que além de enfrentar dificuldades referentes a recursos e infraestrutura, costuma ser despreparada para lidar com o racismo e com a implementação da Lei Federal 10.639/03, atualizada na lei 11645/08, que se refere à inclusão do ensino de História da África, das questões raciais e da cultura afro-brasileira na grade curricular.



A aplicação da lei é de suma importância para recuperar em sala de aula tensões raciais silenciadas, recuperar a autoestima e a história de nosso povo e repensar o papel da negra e do negro no Brasil como sujeito protagonista na construção social.

Ainda que o duro golpe da pretensão de uma escola sem partido nos assale, precisamos continuar a luta para que alunas negras e alunos negros tenham representatividade na história do Brasil, para além de uma população escrava homogênea, passiva e submissa. Dessa forma, precisamos pensar em formas outras de pedagogias que atendam de forma melhor a realidade dos nossos alunos de favela e periferia no Brasil, majoritariamente negras e negros.

Azoilda Loretto da Trindade, importante professora e ativista negra brasileira, ao enfatizar a importância do uso dos “valores civilizatórios afro-brasileiros” para a educação infantil traz novas perspectivas sobre os saberes africanos, constantemente silenciados, que herdamos: “Valores inscritos na nossa memória, no nosso modo de ser, na nossa música, na nossa literatura, na nossa ciência, arquitetura, gastronomia, religião, na nossa pele, no nosso coração”<sup>6</sup>. Assim, destaca princípios como energia vital, oralidade, circularidade, corporeidade, musicalidade, ludicidade e cooperatividade. Trazer essas narrativas e memórias, e compartilhar com outros educadores traz alternativas para superar o racismo, e colabora com o projeto que luta por uma educação inclusiva e crítica, na qual o racismo, o sexismo, a homofobia, os conflitos e os preconceitos de classe, não fiquem esvaziados em um discurso de universalismo cego às diferenças, mas sim, sejam objetos a se desconstruir em uma luta por igualdade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nilda e GARCIA, Regina Leite (orgs.). *O Sentido da Escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

---

<sup>6</sup> TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil. In: Valores Afro-brasileiros para a Educação. Salto para o futuro. Disponível em: <http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/Valores%20civilizat%C3%B3rios%20afrobrasileiros%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil%20-%20Azoilda%20Trindade.pdf>.

ARNAUS, Remei. Vocês que cuentan y vocês que interpretan: Reflexiones em torno a la autoria narrativa em uma investigación etnográfica in: LARROSA, Jorge e alli. *Dèjame que te cuente – ensayos sobre narrativa y educación*. Barcelona: Editorial Laertes, 1995, pág.61

BADDOE, Adwoa. *Histórias de Ananse*. Tradução Marcelo Pen. São Paulo: Edições SM, 2006, Coleção: Cantos do Mundo.

CADERNOS CEDES. Editorial- Mudanças Atuais na Sociedade Brasileira e o Sistema Nacional de Educação. Seminário de Educação Brasileira, Plano Nacional de Educação em Foco. Vol. 4 Campinas, SP, 2015.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. Tradução Diogo Mainard. São Paulo, Brasiliense, 1990.

CANEVACCI, Massimo: *A Cidade Polifônica. Ensaio sobre a Antropologia da Comunicação Urbana*. São Paulo, Studio Nobel, 1993.

CAVALIERE, Ivonete e GURGEL, Marise. O pensar e o agir na Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301999000300010&script=sci\\_abstract&tlng=pt\\_](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301999000300010&script=sci_abstract&tlng=pt_) Acessado em 09 jun 2016

CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. In: *Vários. O Direito à memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

CONNERTON, Paul. Introduction and Social Memory. In: *How societies remember*. London, Cambridge University Press, 1992.

ESTEBAN, Maria Teresa. A avaliação no processo ensino/aprendizagem: os desafios postos pelas múltiplas faces do cotidiano. *Revista Brasileira de Educação*. Nº 19, Jan/Fev/Mar/Abr 2002. P. 126-172. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a10>. Acessado em 12 jun 2016.

ESTEBAN, Maria Teresa. Sala de Aula - dos lugares fixos aos entrelugares fluidos. *Revista Portuguesa de Educação* 2006, N. 19 V.2: acessada em 10 de junho de 2016. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37419202>> ISSN 0871-9187

FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001. Coleção Questões de Nossa Época; v.23

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo, autores associados, Cortez, 1985.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um Defeito de cor*. São Paulo: Ed Record, 2014.

HAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo. Brasiliense. 1984.

HOBBS, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LINHARES, Célia Frazão Soares e Nunes, Clarice. *Trajetória de magistério: memórias e lutas pela reinvenção da escola pública*. Rio de Janeiro: Quartet, 2000, Pág.92.

MEDEIROS, Cecília A EJA e as mulheres privadas de liberdade. Disponível em: <http://docslide.com.br/search/?q=Texto+5+-+MEDEIROS%2C+Cec%C3%ADlia+a+EJA+e+as+Mulheres+Privadas+de+Liberdade+in+Educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 29 jun 2016.

NEVES, Margarida. O Povo na Rua. In: PECHMAN, Robert Mosés. (Cord.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 1994. P. 135-155.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, 1993.

RIBEIRO, Janete Santos. Passeios pedagógicos – construindo memórias emancipatórias. In: NASCIMENTO, Alexandre do, PEREIRA, Amauri M., OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; SILVA, Selma M. (orgs.). *Histórias, Culturas e Territórios Negros na Educação Reflexões docentes para uma reeducação das relações étnico-raciais*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda, 2008. Disponível em:

[http://www.snh2015.anpuh.org/simposio/view?ID\\_SIMPOSIO=1930](http://www.snh2015.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=1930),  
[http://200.17.141.110/periodicos/revista\\_forum\\_identidades/revistas/ARQ\\_FORUM\\_IN\\_D\\_3/DOSSIE\\_FORUM\\_Pg\\_09\\_18.pdf](http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IN_D_3/DOSSIE_FORUM_Pg_09_18.pdf),

PASSEIO ÉTNICO in: <https://www.youtube.com/watch?v=VNmqWeDf2qg>.

RIOS, Maria Beatriz Lugão Rios (*et al*). Uma leitura de mundo por dentro dos movimentos sociais. *Caderno de Teses do IV Congresso do SEPE/RJ*, Rio de Janeiro: 2014.

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil. Palestra transcrita por Cristiano das Neves Bodart. Blog Café com Sociologia. 2016. Disponível em: <linkdapostagem aqui>. Acessado em: 16/06/2016.

SAVIANI, Dermeval (2008). História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. *EccoS – Revista Científica*, v.10, Especial, p. 147-67.

SILVA, Selma Maria. *Imagens de africanidade: uma leitura de mundo anti-racista*. Rio de Janeiro. 2003. 150 f. Dissertação (PROPED). Faculdade de Educação, UERJ, p. 9.

Trindade, Azoilda Lorreto da e Ribeiro, Janete Santos Ribeiro, Passeio Étnico: aprendendo a democratizar e a ocupar o patrimônio-cidade in: *Memórias e patrimônios: experiências em formação de professores*, Organização, Carmem Lúcia Vidal Pérez, Maria Tereza Goudard Tavares e Mairce da Silva Araújo, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, pp: 187-196.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil. In: *Valores Afro-brasileiros para a Educação. Salto para o futuro*. Disponível em:

<http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/Valores%20civilizat%C3%B3rios%20afrobrasileiros%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil%20-%20Azoilda%20Trindade.pdf>

VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. In: *Projeto e Metamorfose*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1996.